

# Diário Oficial



## Estado de Pernambuco

Ano XCIV • Nº 95

Ministério Público Estadual

Recife, sexta-feira, 26 de maio de 2017

## Prefeito de Quixaba firma TAC para realizar concurso em 2018

Certame visa selecionar profissionais para 27 vagas do quadro do município

Depois de abrir seleção pública simplificada para 27 cargos temporários, a Prefeitura de Quixaba acatou recomendação do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) e suspendeu o processo seletivo, em razão das funções serem de caráter permanente. Como alternativa para suprir a demanda de pessoal, o prefeito Sebastião Cabral Nunes firmou Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) perante o MPPE se comprometendo a realizar, até o dia 30 de junho de 2018, concurso público para prover os cargos.

De acordo com a promotora de Justiça Fabiana Albuquerque, o município de Quixaba deverá



providenciar, até a data limite, o provimento dos cargos de médico, psicólogo, nutricionista, farmacêutico, professor, dentre outros, criando essas funções no quadro do município. O prefeito também precisa deflagrar, concluir e homologar o concurso público, de provas ou de provas títulos, com o objetivo de preencher as 27 vagas ofertadas na se-

leção simplificada e as demais vagas que venham a ser criadas no prazo de validade do certame.

Quando da abertura do processo de seleção simplificada, o município de Quixaba alegou que havia a necessidade de contratação emergencial de pessoal diante da urgência em dar continuidade aos serviços públicos

existentes, que estariam sendo prejudicados pela ausência de pessoal e impossibilidade de realização de concurso público imediato para suprir as vagas.

Em seguida, o MPPE recomendou ao prefeito que suspendesse a seleção para possibilitar a obtenção de informações sobre os critérios a serem utilizados para a escolha dos profissionais. A medida foi acolhida pelo gestor, que reconheceu, no TAC, o caráter permanente dos cargos e se dispôs a iniciar o processo de deflagração do concurso público.

O TAC, proposta pela promotora de Justiça Fabiana Albuquerque, foi publicado integralmente no Diário Oficial dessa quinta-feira (25).

## NAZARÉ DA MATA E PESQUEIRA Salários de professores devem ser reajustados

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) recomendou aos municípios de Nazaré da Mata e Pesqueira assegurar o piso salarial nacional dos profissionais da Educação, considerando que o piso salarial deve ser compreendido como direito difuso à educação de qualidade, além de ser um direito qualificado pelo legislador como absoluta prioridade.

Os prefeitos de Nazaré da Mata e Pesqueira devem efetuar, no prazo de 60 dias, o reajuste do valor pago aos seus professores, de modo a equipará-lo ao piso salarial do magistério, no valor

de R\$2.298,80 para aqueles que têm uma carga de trabalho de 40 horas semanais.

A promotora de Justiça de Nazaré da Mata, Maria José Queiroz, recomendou também o pagamento retroativo do piso, a

**MP recomenda que seja respeitado o piso nacional da Educação**

partir do mês de janeiro de 2017, no prazo de 90 dias e em, no máximo, três parcelas iguais e mensalmente sucessivas. Já a promotora de

Justiça de Pesqueira, Jeanne Bezerra, recomenda o pagamento retroativo do piso salarial atualizado desde janeiro deste ano, caso não tenha sido repassado por abono, no prazo máximo de 60 dias.

### MEMBROS

#### Publicada lista de candidatas a promoção

O Conselho Superior do Ministério Público de Pernambuco publicou, no Diário Oficial desta quinta-feira (25), a relação de promotores de Justiça que requerem promoção aos 22 editais de promoção, sendo um para procurador de Justiça, 12 editais de promotor de Justiça de 2ª Entância e nove, de 3ª Entância.

Os eventuais pedidos de desistência, bem como questionamentos das informações consignadas, deverão ser encaminhados à Secretaria do Conselho Superior, no prazo de cinco dias, contados a partir do primeiro dia útil após esta publicação. O horário de funcionamento da Secretaria do Conselho é de 8h às 18h.

### INSTRUMENTOS DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO

## MP acompanha capacitação da Polícia Militar de Pernambuco

Devido à ocorrência de recentes episódios envolvendo integrantes da Polícia Militar de Pernambuco (PMPE) e a aparente utilização abusiva e inadequada, em manifestações públicas, de instrumentos de menor potencial ofensivo, resultando, inclusive, em uma das ocasiões, na morte de um jovem da cidade de Itambé, vítima de disparo de elástico, popularmente conhecido por *bala de borracha*, fato amplamente noticiado pela imprensa, o Ministério Público de Per-

nambuco, por meio da 7ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, instaurou inquérito civil.

O referido inquérito tem por objetivo investigar a adequação dos processos de formação, treinamento e atualização periódica, bem como dos procedimentos operacionais na Polícia Militar de Pernambuco, relativos ao uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo quando da sua atuação em situação de protestos em

vias públicas.

A iniciativa do MPPE visa à compatibilização entre o dever de preservação da ordem pública imposto à PMPE, particularmente por ocasião de manifestações públicas, e a observância, entre outros, do direito à livre manifestação de pensamento, de reunião pacífica em locais abertos ao público, independentemente de autorização, do direito à vida, da liberdade e da integridade física e psicológica dos manifestantes e da população em geral.

Outra prioridade do MPPE é suscitar a discussão sobre necessidade de se prevenir e coibir eventuais excessos no uso da força por parte da PMPE, notadamente nas manifestações públicas, materializado no emprego inadequado de armas e instrumentos de menor potencial ofensivo e demais técnicas.

A portaria nº029/2017, da 7ª Promotoria de Justiça de Direitos Humanos da Capital, foi publicada no Diário Oficial da última quinta-feira (25).

### CARNAVAL

#### Audiência debate apreensão de adereços

Com o objetivo de esclarecer as respostas encaminhadas pela Diretoria Executiva de Controle Urbano do Recife (Dircon) ao Ministério Público de Pernambuco (MPPE) sobre a apreensão de adereços carnavalescos da troça Empatando Tua Vista no sábado de Carnaval (25 de fevereiro), os promotores de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos da Capital (Westei Conde) e de Habitação e Urbanismo (Bettina Guedes) decidiram por realizar audiência conjunta na sede das Promotorias de Justiça da Capital, no dia 2 de junho.

CERTIFICADO DIGITALMENTE

## Procuradoria Geral da Justiça

Procurador Geral: **Francisco Dirceu Barros**

### PORTARIA POR-PGJ Nº 966/2017

**O PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições legais;

**CONSIDERANDO** a necessidade e conveniência do serviço;

**RESOLVE:**

Designar a Bela. **BIANCA CUNHA DE ALMEIDA ALBUQUERQUE**, Promotora de Justiça de Caetés, que se encontra em exercício pleno no cargo de 37ª Promotora de Justiça Criminal da Capital, de 3ª entrância, para atuar nos processos nº 0025661-85.2016.8.17.2001 e nº 0049145-86.2014.8.17.0001, que tramitam na 7ª Vara da Fazenda Pública da Capital, a partir da publicação da presente Portaria.

**Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.**

Recife, em 25 de maio de 2017.

**Francisco Dirceu Barros**  
PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

### PORTARIA POR-PGJ Nº 967/2017

**O PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições legais;

**CONSIDERANDO** o disposto na Lei nº 12.956, de 19 de dezembro de 2005, publicada em 20 de dezembro de 2005;

**CONSIDERANDO** que a servidora solicitou averbação em ficha funcional de curso de pós-graduação em conformidade com os Artigos 50 e 51 da Lei nº 12.956, de 19 de dezembro de 2005, publicada em 20 de dezembro de 2005;

**CONSIDERANDO** que a servidora preencheu os requisitos para obtenção da promoção por elevação de nível profissional previstos na Lei 12.956/2005, entre os quais: ser ativa e ter cumprido o estágio probatório;

**CONSIDERANDO** que o curso de pós-graduação atende aos requisitos previstos na Lei 12.956/2005, ser reconhecido através de Portaria do MEC e ser relacionado com as atribuições do cargo;

**CONSIDERANDO**, ainda, o Parecer da Assessoria Jurídica Ministerial nº 114/2017;

**RESOLVE:**

**PROMOVER POR ELEVAÇÃO DE NÍVEL PROFISSIONAL** a servidora do Quadro Permanente de Pessoal de Apoio Técnico-Administrativo do Ministério Público de Pernambuco no cargo e classe, conforme tabela a seguir e obedecendo ao disposto na Lei nº 12.956/2005, retroagindo os efeitos financeiros ao dia 19/04/2017.

#### QUADRO PERMANENTE ATIVO

Nome	Matrícula	Cargo/área/especialidade	Data de admissão	Classe	Observação
Ana Cristina da Fonte Castro	189.100-6	Analista Ministerial – Área Jurídica	02/07/2010	C	Pós Graduação MBA em Gestão do Ministério Público- Processo nº 84854/2017.

**Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.**

Recife, em 25 de maio de 2017.

**Francisco Dirceu Barros**  
PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

### PORTARIA POR-PGJ Nº 968/2017

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições legais;

**CONSIDERANDO** o disposto na Lei nº 12.956, de 19 de dezembro de 2005, publicada em 20 de dezembro de 2005;

**CONSIDERANDO** que o servidor solicitou averbação em ficha funcional de curso de pós-graduação em conformidade com os Artigos 50 e 51 da Lei nº 12.956, de 19 de dezembro de 2005, publicada em 20 de dezembro de 2005;



**PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**  
Francisco Dirceu Barros

**SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**  
Lúcia de Assis

**SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**  
Maria Helena da Fonte Carvalho

**SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS JURÍDICOS**  
Clênio Valença Avelino de Andrade

**CORREGEDOR-GERAL**  
Paulo Roberto Lapenda Figueiroa

**CORREGEDOR-GERAL SUBSTITUTO**  
Renato da Silva Filho

**OUIDOR**  
Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti

**SECRETÁRIO-GERAL**  
Alexandre Augusto Bezerra

**CHEFE DE GABINETE**  
Paulo Augusto de Freitas Oliveira

**COORDENADOR DE GABINETE**  
Petrúcio José Luna de Aquino

**ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
Evângela Andrade

**JORNALISTAS**  
Alana Moreira, Izabela Cavalcanti, Miguel Rios, Bruno Bastos, Rafael Sabóia e Wilfred Gadelha

**ESTAGIÁRIOS**  
Dayanne Dias e Diego Melo (Jornalismo), Gabriel Buonafina (Publicidade)

**RELAÇÕES PÚBLICAS**  
Evângela Andrade

**PUBLICIDADE**  
Andréa Corradini, Leonardo Martins

**DIAGRAMAÇÃO**  
Bruno Bastos e Izabela Cavalcanti

Rua do Imperador D. Pedro II, 473,  
Ed. Roberto Lyra, Santo Antônio, Recife-PE  
CEP. 50.010-240 fone 3303-1259 / 1279 - fax 3419 7160  
imprensa@mppe.mp.br  
Ouvidoria (81) 3303-1245  
ouvidor@mppe.mp.br

**www.mppe.mp.br**

**CONSIDERANDO** que o servidor preencheu os requisitos para obtenção da promoção por elevação de nível profissional previstos na Lei 12.956/2005, entre os quais: ser ativo e ter cumprido o estágio probatório;

**CONSIDERANDO** que o curso de pós-graduação atende aos requisitos previstos na Lei 12.956/2005, ser reconhecido através de Portaria do MEC e ser relacionado com as atribuições do cargo;

**CONSIDERANDO**, ainda, o Parecer da Assessoria Jurídica Ministerial nº 139/2017;

**RESOLVE:**

**PROMOVER POR ELEVAÇÃO DE NÍVEL PROFISSIONAL** o servidor do Quadro Permanente de Pessoal de Apoio Técnico-Administrativo do Ministério Público de Pernambuco no cargo e classe, conforme tabela a seguir e obedecendo ao disposto na Lei nº 12.956/2005, retroagindo os efeitos financeiros ao dia 29/04/2017.

#### QUADRO PERMANENTE ATIVO

Nome	Matrícula	Cargo/área/especialidade	Data de admissão	Classe	Observação
Ivano José Genuíno de Moraes Júnior	189.631-8	Analista Ministerial – Área Jurídica	30/04/2014	B	Pós Graduação Lato Sensu em Direito Processual Civil – Processo nº 84391/2017.

**Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.**

Recife, em 25 de maio de 2017.

**Francisco Dirceu Barros**  
PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

### PORTARIA POR-PGJ Nº 969/2017

**O PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições legais;

**CONSIDERANDO** o disposto na Lei nº 12.956, de 19 de dezembro de 2005, publicada em 20 de dezembro de 2005;

**CONSIDERANDO** que o servidor solicitou averbação em ficha funcional de curso de graduação em conformidade com os Artigos 50 e 51 da Lei nº 12.956, de 19 de dezembro de 2005, publicada em 20 de dezembro de 2005;

**CONSIDERANDO** que o servidor preencheu os requisitos para obtenção da promoção por elevação de nível profissional previstos na Lei 12.956/2005, entre os quais: ser ativo e ter cumprido o estágio probatório;

**CONSIDERANDO** que o curso de graduação atende aos requisitos previstos na Lei 12.956/2005, ser reconhecido através de Portaria do MEC e ser relacionado com as atribuições do cargo;

**CONSIDERANDO**, ainda, o Parecer da Assessoria Jurídica Ministerial nº 136/2017;

**RESOLVE:**

**PROMOVER POR ELEVAÇÃO DE NÍVEL PROFISSIONAL** o servidor do Quadro Permanente de Pessoal de Apoio Técnico-Administrativo do Ministério Público de Pernambuco no cargo e classe, conforme tabela a seguir e obedecendo ao disposto na Lei nº 12.956/2005, retroagindo os efeitos financeiros ao dia 01/02/2017.

#### QUADRO PERMANENTE ATIVO

Nome	Matrícula	Cargo/área/especialidade	Data de admissão	Classe	Observação
José Luiz de França Júnior	189.537-0	Técnico Ministerial – Área Administrativa	30/10/2013	B	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Financeira – Processo nº 81548/2017.

**Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.**

Recife, em 25 de maio de 2017.

**Francisco Dirceu Barros**  
PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

### PORTARIA POR-PGJ Nº 970/2017

**O PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições legais;

**CONSIDERANDO** o disposto na Lei nº 12.956, de 19 de dezembro de 2005, publicada em 20 de dezembro de 2005;

**CONSIDERANDO** que a servidora solicitou averbação em ficha funcional de curso de pós-graduação em conformidade com os Artigos 50 e 51 da Lei nº 12.956, de 19 de dezembro de 2005, publicada em 20 de dezembro de 2005;

**CONSIDERANDO** que a servidora preencheu os requisitos para obtenção da promoção por elevação de nível profissional previstos na Lei 12.956/2005, entre os quais: ser ativo e ter cumprido o estágio probatório;

**CONSIDERANDO** que o curso de pós-graduação atende aos requisitos previstos na Lei 12.956/2005, ser reconhecido através de Portaria do MEC e ser relacionado com as atribuições do cargo;

**CONSIDERANDO**, ainda, o Parecer da Assessoria Jurídica Ministerial nº 140/2017;

**RESOLVE:**

**PROMOVER POR ELEVAÇÃO DE NÍVEL PROFISSIONAL** a servidora do Quadro Permanente de Pessoal de Apoio Técnico-Administrativo do Ministério Público de Pernambuco no cargo e classe, conforme tabela a seguir e obedecendo ao disposto na Lei nº 12.956/2005, retroagindo os efeitos financeiros ao dia 30/04/2017.

#### QUADRO PERMANENTE ATIVO

Nome	Matrícula	Cargo/área/especialidade	Data de admissão	Classe	Observação
Maria de Lourdes Viana Silva Pinto	189.632-6	Analista Ministerial – Área Jurídica	30/04/2014	B	Pós Graduação Lato Sensu: Direito Civil e Processual Civil – Processo nº 85230/2017.

**Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.**

Recife, em 25 de maio de 2017.

**Francisco Dirceu Barros**  
PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

### PORTARIA POR-PGJ Nº 971/2017

**O PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições legais;

**CONSIDERANDO** o disposto na Lei nº 12.956, de 19 de dezembro de 2005, publicada em 20 de dezembro de 2005;

















23	5	Merecimento	13º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	ANA CLAUDIA DE MOURA WALMSLEY	393	2372	4831	4436	0	0	21/11/1966	4º Sucessivo	Habilitado (a)
24	5	Merecimento	13º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	RODRIGO COSTA CHAVES	1341	2372	4300	2564	241	0	18/08/1974	4º Sucessivo	Habilitado (a)
25	5	Merecimento	13º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	MARIA CAROLINA MIRANDA JUCA	2057	2057	4856	0	276	0	11/04/1980	4º Sucessivo	Habilitado (a)
26	5	Merecimento	13º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	ANA CLEZIA FERREIRA NUNES	798	2057	4132	0	2555	0	18/12/1973	4º Sucessivo	Habilitado (a)
27	5	Merecimento	13º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	JOAO PAULO PEDROSA BARBOSA	1341	2057	3983	0	364	0	28/04/1979	4º Sucessivo	Habilitado (a)
28	5	Merecimento	13º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	KIVIA ROBERTA DE SOUZA RIBEIRO	798	1980	4300	0	0	0	21/11/1979	5º Sucessivo	Habilitado (a)
29	5	Merecimento	13º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	GUILHERME VIEIRA CASTRO	798	1980	4174	0	4923	0	01/11/1972	5º Sucessivo	Habilitado (a)
30	5	Merecimento	13º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	FABIANO DE MELO PESSOA	923	1980	2498	1122	2128	0	06/03/1978	5º Sucessivo	Habilitado (a)
31	5	Merecimento	13º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	ERICKA GARMES PIRES	1341	1980	2498	338	2911	0	30/06/1976	5º Sucessivo	Habilitado (a)
32	5	Merecimento	13º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	VANESSA CAVALCANTI DE ARAUJO	1341	1980	2498	0	1665	0	19/09/1977	5º Sucessivo	Habilitado (a)
33	5	Merecimento	13º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	ALICE DE OLIVEIRA MORAIS	1785	1785	4856	0	268	0	12/10/1979	6º Sucessivo	Habilitado (a)
34	5	Merecimento	13º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	MARCIA MARIA AMORIM DE OLIVEIRA	798	1785	4300	0	0	0	28/03/1980	6º Sucessivo	Habilitado (a)
35	5	Merecimento	13º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	CARLOS EDUARDO DOMINGOS SEABRA	1785	1785	4174	1327	105	0	14/10/1977	6º Sucessivo	Habilitado (a)
36	5	Merecimento	13º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	LILIANE ASFORA CUNHA CAVALCANTI DA FONTE	1785	1785	4174	494	237	0	11/07/1977	6º Sucessivo	Habilitado (a)
37	5	Merecimento	13º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	ADRIANO CAMARGO VIEIRA	923	1785	3983	0	0	0	20/07/1971	6º Sucessivo	Habilitado (a)
38	5	Merecimento	13º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	MAISA SILVA MELO DE OLIVEIRA	1194	1194	3983	0	559	0	12/08/1979	7º Sucessivo	Habilitado (a)
39	5	Merecimento	13º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	BIANCA STELLA AZEVEDO BARROSO	393	1194	2498	0	1485	0	23/12/1975	8º Sucessivo	Habilitado (a)
40	5	Merecimento	13º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	ANA MARIA SAMPAIO BARROS DE CARVALHO	931	931	4440	0	1081	0	29/05/1972	9º Sucessivo	Habilitado (a)
41	5	Merecimento	13º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	EDUARDO LEAL DOS SANTOS	931	931	2498	0	5552	912	07/02/1973	10º Sucessivo	Habilitado (a)
42	5	Merecimento	13º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	PETRONIO BENEDITO B. RALILE JUNIOR	931	931	2231	1157	0	0	17/01/1981	10º Sucessivo	Habilitado (a)
43	5	Merecimento	13º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	MIRELA MARIA IGLESIAS LAUPMAN	798	798	2498	0	1812	0	27/04/1983	12º Sucessivo	Habilitado (a)
44	5	Merecimento	13º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	FABIANA KIUSKA SEABRA DOS SANTOS	798	798	2126	3376	0	0	15/11/1977	13º Sucessivo	Habilitado (a)
45	5	Merecimento	13º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	CAROLINA DE MOURA CORDEIRO PONTES	798	798	1967	2717	0	0	10/09/1979	14º Sucessivo	Habilitado (a)
46	5	Merecimento	13º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	JULIO CESAR CAVALCANTI ELIHIMAS	798	798	1839	3444	663	0	28/09/1979	15º Sucessivo	Habilitado (a)
47	5	Merecimento	13º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	FERNANDO DELLA LATTI CAMARGO	393	798	1839	107	0	0	31/03/1977	16º Sucessivo	Habilitado (a)

Nº	EDITAL	CRITÉRIO	CARGO	CANDIDATO	Tempo Cargo (dias)	Tempo Entrância (dias)	Tempo MPPE (dias)	Estadual	Federal	Municipal	DATA NASCIMENTO	Quinto/Remanescente	SITUAÇÃO
1	6	Antiguidade	26º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	ANA RUBIA TORRES DE CARVALHO	5532	9504	9746	635	0	0	06/12/1963	Constitucional	Habilitado (a)
2	6	Antiguidade	26º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	GUSTAVO LINS TOURINHO COSTA	2350	7932	8254	0	0	0	22/06/1971	Constitucional	Habilitado (a)
3	6	Antiguidade	26º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	FLAVIO HENRIQUE SOUZA DOS SANTOS	4528	5481	6271	0	0	0	29/01/1972	1º Sucessivo	Habilitado (a)
4	6	Antiguidade	26º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	MARIA DE FATIMA DE ARAUJO FERREIRA	1341	4704	6445	1968	0	0	09/01/1969	1º Sucessivo	Habilitado (a)
5	6	Antiguidade	26º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	VIVIANNE MARIA FREITAS MELO MONTEIRO DE MENEZES	2861	4704	6445	0	0	0	05/03/1973	1º Sucessivo	Habilitado (a)
6	6	Antiguidade	26º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	MARIA APARECIDA BARRETO DA SILVA	4246	4246	6445	0	669	0	30/04/1957	1º Sucessivo	Habilitado (a)
7	6	Antiguidade	26º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	MARIA LIZANDRA LIRA DE CARVALHO	798	4246	4856	3911	0	0	08/11/1973	1º Sucessivo / Edital 01/2016	Habilitado (a)
8	6	Antiguidade	26º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	IVO PEREIRA DE LIMA	3126	4246	4856	2944	0	2444	07/05/1970	1º Sucessivo	Habilitado (a)
9	6	Antiguidade	26º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	WALDIR MENDONÇA DA SILVA	393	3949	6340	1722	4090	0	30/01/1961	1º Sucessivo	Habilitado (a)
10	6	Antiguidade	26º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	VERA REJANE ALVES SANTOS MENDONÇA	3949	3949	6340	450	0	0	19/06/1971	2º Sucessivo	Habilitado (a)
11	6	Antiguidade	26º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	JOAO ALVES DE ARAUJO	393	3949	6340	0	3095	0	19/06/1961	2º Sucessivo	Habilitado (a)
12	6	Antiguidade	26º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	JANAINA DO SACRAMENTO BEZERRA	2511	3949	6340	0	774	0	19/10/1972	2º Sucessivo	Habilitado (a)
13	6	Antiguidade	26º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	JANAINA DO SACRAMENTO BEZERRA	2511	3949	6340	0	774	0	19/10/1972	2º Sucessivo	Habilitado (a)
14	6	Antiguidade	26º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	ROSANGELA FURTADO PADELA ALVARENGA	2511	3949	6340	0	0	0	14/05/1969	2º Sucessivo	Habilitado (a)
15	6	Antiguidade	26º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	SERGIO GADELHA SOUTO	2870	3949	6271	2481	0	0	26/05/1969	2º Sucessivo	Habilitado (a)
16	6	Antiguidade	26º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	HODIR FLAVIO GUERRA LEITAO DE MELO	1341	3949	4856	800	59	0	22/02/1979	2º Sucessivo	Habilitado (a)
17	6	Antiguidade	26º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	FERNANDO FALCAO FERAZ FILHO	393	3949	4856	0	3427	0	02/12/1971	2º Sucessivo	Habilitado (a)
18	6	Antiguidade	26º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	LEONARDO BRITO CARIBE	3149	3149	5816	0	0	0	17/04/1973	2º Sucessivo	Habilitado (a)
19	6	Antiguidade	26º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	CAMILA MENDES DE SANTANA	1785	3149	4856	248	17	0	10/03/1980	2º Sucessivo	Habilitado (a)
20	6	Antiguidade	26º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	EDGAR JOSE PESSOA COUTO	2511	3149	4856	0	0	0	26/09/1977	2º Sucessivo	Habilitado (a)
21	6	Antiguidade	26º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	ANGELA MARCIA FREITAS DA CRUZ	2408	2408	4856	0	0	0	14/02/1974	2º Sucessivo	Habilitado (a)
22	6	Antiguidade	26º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	JULIETA MARIA BATISTA PEREIRA DE OLIVEIRA	1944	2408	4300	6314	0	0	17/08/1962	2º Sucessivo	Habilitado (a)
23	6	Antiguidade	26º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	TATHIANA BARROS GOMES	1937	2408	3983	0	2709	0	12/11/1977	2º Sucessivo	Habilitado (a)
24	6	Antiguidade	26º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	DOMINGOS SAVIO PEREIRA AGRA	1341	2372	6340	0	3668	0	12/02/1968	3º Sucessivo	Habilitado (a)
25	6	Antiguidade	26º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	RINALDO JORGE DA SILVA	1341	2372	4856	3436	0	599	11/05/1971	3º Sucessivo	Habilitado (a)
26	6	Antiguidade	26º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	CLAUDIA RAMOS MAGALHAES	2372	2372	4856	777	0	0	17/03/1977	3º Sucessivo	Habilitado (a)

27	6	Antiguidade	26º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	ALLISON DE JESUS CAVALCANTI DE CARVALHO	393	2372	4856	408	1841	0	30/06/1976	3º Sucessivo	Habilitado (a)
28	6	Antiguidade	26º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	CHRISTIANA RAMALHO LEITE CAVALCANTE	2372	2372	4856	254	0	0	26/10/1975	3º Sucessivo	Habilitado (a)
29	6	Antiguidade	26º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	ISABELA RODRIGUES BANDEIRA CARNEIRO LEÃO	2372	2372	4856	220	42	0	11/04/1979	4º Sucessivo	Habilitado (a)
30	6	Antiguidade	26º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	CARLA VERONICA PEREIRA FERNANDES	2372	2372	4856	0	1404	0	26/10/1975	4º Sucessivo	Habilitado (a)
31	6	Antiguidade	26º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	RODRIGO COSTA CHAVES	1341	2372	4300	2564	241	0	18/08/1974	4º Sucessivo	Habilitado (a)
32	6	Antiguidade	26º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	MARIA CAROLINA MIRANDA JUCA	2057	2057	4856	0	276	0	11/04/1980	4º Sucessivo	Habilitado (a)
33	6	Antiguidade	26º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	ANA CLEZIA FERREIRA NUNES	798	2057	4132	0	2555	0	18/12/1973	4º Sucessivo	Habilitado (a)
34	6	Antiguidade	26º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	JOAO PAULO PEDROSA BARBOSA	1341	2057	3983	0	364	0	28/04/1979	4º Sucessivo	Habilitado (a)
35	6	Antiguidade	26º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	PAULA CATHERINE DE LIRA AZIZ ISMAIL	1980	1980	4440	0	969	0	06/02/1979	4º Sucessivo	Habilitado (a)
36	6	Antiguidade	26º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	KIVIA ROBERTA DE SOUZA RIBEIRO	798	1980	4300	0	0	0	21/11/1979	5º Sucessivo	Habilitado (a)
37	6	Antiguidade	26º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	GUILHERME VIEIRA CASTRO	798	1980	4174	0	4923	0	01/11/1972	5º Sucessivo	Habilitado (a)
38	6	Antiguidade	26º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	OSCAR RICARDO DE ANDRADE NOBREGA	1341	1980	2498	2095	0	0	06/08/1981	5º Sucessivo	Habilitado (a)
39	6	Antiguidade	26º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	FABIANO DE MELO PESSOA	923	1980	2498	1122	2128	0	06/03/1978	5º Sucessivo	Habilitado (a)
40	6	Antiguidade	26º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	ERICKA GARMES PIRES	1341	1980	2498	338	2911	0	30/06/1976	5º Sucessivo	Habilitado (a)
41	6	Antiguidade	26º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	VANESSA CAVALCANTI DE ARAUJO	1341	1980	2498	0	1665	0	19/09/1977	5º Sucessivo	Habilitado (a)
42	6	Antiguidade	26º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	ALICE DE OLIVEIRA MORAIS	1785	1785	4856	0	268	0	12/10/1979	6º Sucessivo	Habilitado (a)
43	6	Antiguidade	26º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	MARCIA MARIA AMORIM DE OLIVEIRA	798	1785	4300	0	0	0	28/03/1980	6º Sucessivo	Habilitado (a)
44	6	Antiguidade	26º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	CARLOS EDUARDO DOMINGOS SEABRA	1785	1785	4174	1327	105	0	14/10/1977	6º Sucessivo	Habilitado (a)
45	6	Antiguidade	26º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	LILIANE ASFORA CUNHA CAVALCANTI DA FONTE	1785	1785	4174	494	237	0	11/07/1977	6º Sucessivo	Habilitado (a)
46	6	Antiguidade	26º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	ADRIANO CAMARGO VIEIRA	923	1785	3983	0	0	0	20/07/1971	6º Sucessivo	Habilitado (a)
47	6	Antiguidade	26º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	MAISA SILVA MELO DE OLIVEIRA	1194	1194	3983	0	559	0	12/08/1979	7º Sucessivo	Habilitado (a)
48	6	Antiguidade	26º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	FABIANA VIRGINIO PATRIOTA TAVARES	357	1194	2498	1592	1126	0	09/09/1978	8º Sucessivo	Habilitado (a)
49	6	Antiguidade	26º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	BIANCA STELLA AZEVEDO BARROSO	393	1194	2498	0	1485	0	23/12/1975	8º Sucessivo	Habilitado (a)
50	6	Antiguidade	26º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	ANA MARIA SAMPAIO BARROS DE CARVALHO	931	931	4440	0	1081	0	29/05/1972	9º Sucessivo	Habilitado (a)
51	6	Antiguidade	26º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	EDUARDO LEAL DOS SANTOS	931	931	2498	0	5552	912	07/02/1973	10º Sucessivo	Habilitado (a)
52	6	Antiguidade	26º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	ALINE ARROXELAS GALVAO DE LIMA	931	931	2498	0	1276	0	28/11/1979	10º Sucessivo	Habilitado (a)
53	6	Antiguidade	26º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	PETRONIO BENEDITO B. RALILE JUNIOR	931	931	2231	1157	0	0	17/01/1981	10º Sucessivo	Habilitado (a)
55	6	Antiguidade	26º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	MIRELA MARIA IGLESIAS LAUPMAN	798	798	2498	0	1812	0	27/04/1983	12º Sucessivo	Habilitado (a)
56	6	Antiguidade	26º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	FABIANA KIUSKA SEABRA DOS SANTOS	798	798	2126	3376	0	0	15/11/1977	13º Sucessivo	Habilitado (a)
58	6	Antiguidade	26º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	CAROLINA DE MOURA CORDEIRO PONTES	798	798	1967	2717	0	0	10/09/1979	14º Sucessivo	Habilitado (a)
59	6	Antiguidade	26º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	JULIO CESAR CAVALCANTI ELIHIMAS	798	798	1839	3444	663	0	28/09/1979	15º Sucessivo	Habilitado (a)
60	6	Antiguidade	26º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	FERNANDO DELLA LATTI CAMARGO	393	798	1839	107	0	0	31/03/1977	16º Sucessivo	Habilitado (a)
61	6	Antiguidade	26º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	ERICO DE OLIVEIRA SANTOS	22	798	1619	0	0	0	11/01/1977	17º Sucessivo	Habilitado (a)

Nº	EDITAL	CRITÉRIO	CARGO	CANDIDATO	Tempo Cargo (dias)	Tempo Entrância (dias)	Tempo MPPE (dias)	Estadual	Federal	Municipal	DATA NASCIMENTO	Quinto/ Remanescente	SITUAÇÃO
1	7	Merecimento	22º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	FLAVIO HENRIQUE SOUZA DOS SANTOS	4528	5481	6271	0	0	0	29/01/1972	1º Sucessivo	Habilitado (a)
2	7	Merecimento	22º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	NANCY TOJAL DE MEDEIROS	4704	4704	6537	2494	0	0	09/05/1971	1º Sucessivo	Habilitado (a)
3	7	Merecimento	22º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	MARIA DE FATIMA DE ARAUJO FERREIRA	1341	4704	6445	1968	0	0	09/01/1969	1º Sucessivo	Habilitado (a)
4	7	Merecimento	22º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	VIVIANNE MARIA FREITAS MELO MONTEIRO DE MENEZES	2861	4704	6445	0	0	0	05/03/1973	1º Sucessivo	Habilitado (a)
5	7	Merecimento	22º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	MARIA APARECIDA BARRETO DA SILVA	4246	4246	6445	0	669	0	30/04/1957	1º Sucessivo	Habilitado (a)
6	7	Merecimento	22º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	MARIA LIZANDRA LIRA DE CARVALHO	798	4246	4856	3911	0	0	08/11/1973	1º Sucessivo / Edital 01/2016	Habilitado (a)
7	7	Merecimento	22º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	IVO PEREIRA DE LIMA	3126	4246	4856	2944	0	2444	07/05/1970	1º Sucessivo	Habilitado (a)
8	7	Merecimento	22º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	MUNI AZEVEDO CATAO	1944	3949	6445	1243	2413	0	13/05/1969	1º Sucessivo	Habilitado (a)
9	7	Merecimento	22º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	MARIA IZAMAR CIRIACO PONTES	1785	3949	6340	2668	0	0	11/10/1966	1º Sucessivo	Habilitado (a)
10	7	Merecimento	22º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	WALDIR MENDONÇA DA SILVA	393	3949	6340	1722	4090	0	30/01/1961	1º Sucessivo	Habilitado (a)
11	7	Merecimento	22º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	VERA REJANE ALVES SANTOS MENDONÇA	3949	3949	6340	450	0	0	19/06/1971	2º Sucessivo	Habilitado (a)
12	7	Merecimento	22º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	JOAO ALVES DE ARAUJO	393	3949	6340	0	3095	0	19/06/1961	2º Sucessivo	Habilitado (a)
13	7	Merecimento	22º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	JANAINA DO SACRAMENTO BEZERRA	2511	3949	6340	0	774	0	19/10/1972	2º Sucessivo	Habilitado (a)
14	7	Merecimento	22º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	ROSANGELA FURTADO PADELA ALVARENGA	2511	3949	6340	0	0	0	14/05/1969	2º Sucessivo	Habilitado (a)
15	7	Merecimento	22º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	SERGIO GADELHA SOUTO	2870	3949	6271	2481	0	0	26/05/1969	2º Sucessivo	Habilitado (a)
16	7	Merecimento	22º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	HODIR FLAVIO GUERRA LEITAO DE MELO	1341	3949	4856	800	59	0	22/02/1979	2º Sucessivo	Habilitado (a)
17	7	Merecimento	22º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	LEONARDO BRITO CARIBE	3149	3149	5816	0	0	0	17/04/1973	2º Sucessivo	Habilitado (a)
18	7	Merecimento	22º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	CAMILA MENDES DE SANTANA	1785	3149	4856	248	17	0	10/03/1980	2º Sucessivo	Habilitado (a)

19	7	Merecimento	22º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	JULIETA MARIA BATISTA PEREIRA DE OLIVEIRA	1944	2408	4300	6314	0	0	17/08/1962	2º Sucessivo	Habilitado (a)
20	7	Merecimento	22º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	TATHIANA BARROS GOMES	1937	2408	3983	0	2709	0	12/11/1977	2º Sucessivo	Habilitado (a)
21	7	Merecimento	22º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	DOMINGOS SAVIO PEREIRA AGRA	1341	2372	6340	0	3668	0	12/02/1968	3º Sucessivo	Habilitado (a)
22	7	Merecimento	22º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	SANDRA MARIA MESQUITA DE PAULA PESSOA LAPENDA	2372	2372	6340	0	0	0	25/09/1971	3º Sucessivo / Edital 14/2014	Habilitado (a)
23	7	Merecimento	22º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	RINALDO JORGE DA SILVA	1341	2372	4856	3436	0	599	11/05/1971	3º Sucessivo	Habilitado (a)
24	7	Merecimento	22º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	CLAUDIA RAMOS MAGALHAES	2372	2372	4856	777	0	0	17/03/1977	3º Sucessivo	Habilitado (a)
25	7	Merecimento	22º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	CHRISTIANA RAMALHO LEITE CAVALCANTE	2372	2372	4856	254	0	0	26/10/1975	3º Sucessivo	Habilitado (a)
26	7	Merecimento	22º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	ISABELA RODRIGUES BANDEIRA CARNEIRO LEÃO	2372	2372	4856	220	42	0	11/04/1979	4º Sucessivo	Habilitado (a)
27	7	Merecimento	22º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	CARLA VERONICA PEREIRA FERNANDES	2372	2372	4856	0	1404	0	26/10/1975	4º Sucessivo	Habilitado (a)
28	7	Merecimento	22º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	ANA CLAUDIA DE MOURA WALMSLEY	393	2372	4831	4436	0	0	21/11/1966	4º Sucessivo	Habilitado (a)
29	7	Merecimento	22º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	RODRIGO COSTA CHAVES	1341	2372	4300	2564	241	0	18/08/1974	4º Sucessivo	Habilitado (a)
30	7	Merecimento	22º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	MARIA CAROLINA MIRANDA JUCA	2057	2057	4856	0	276	0	11/04/1980	4º Sucessivo	Habilitado (a)
31	7	Merecimento	22º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	ANA CLEZIA FERREIRA NUNES	798	2057	4132	0	2555	0	18/12/1973	4º Sucessivo	Habilitado (a)
32	7	Merecimento	22º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	JOAO PAULO PEDROSA BARBOSA	1341	2057	3983	0	364	0	28/04/1979	4º Sucessivo	Habilitado (a)
33	7	Merecimento	22º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	KIVIA ROBERTA DE SOUZA RIBEIRO	798	1980	4300	0	0	0	21/11/1979	5º Sucessivo	Habilitado (a)
34	7	Merecimento	22º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	GUILHERME VIEIRA CASTRO	798	1980	4174	0	4923	0	01/11/1972	5º Sucessivo	Habilitado (a)
35	7	Merecimento	22º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	FABIANO DE MELO PESSOA	923	1980	2498	1122	2128	0	06/03/1978	5º Sucessivo	Habilitado (a)
36	7	Merecimento	22º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	ERICKA GARMES PIRES	1341	1980	2498	338	2911	0	30/06/1976	5º Sucessivo	Habilitado (a)
37	7	Merecimento	22º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	VANESSA CAVALCANTI DE ARAUJO	1341	1980	2498	0	1665	0	19/09/1977	5º Sucessivo	Habilitado (a)
38	7	Merecimento	22º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	ALICE DE OLIVEIRA MORAIS	1785	1785	4856	0	268	0	12/10/1979	6º Sucessivo	Habilitado (a)
39	7	Merecimento	22º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	MARCIA MARIA AMORIM DE OLIVEIRA	798	1785	4300	0	0	0	28/03/1980	6º Sucessivo	Habilitado (a)
40	7	Merecimento	22º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	CARLOS EDUARDO DOMINGOS SEABRA	1785	1785	4174	1327	105	0	14/10/1977	6º Sucessivo	Habilitado (a)
41	7	Merecimento	22º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	LILIANE ASFORA CUNHA CAVALCANTI DA FONTE	1785	1785	4174	494	237	0	11/07/1977	6º Sucessivo	Habilitado (a)
42	7	Merecimento	22º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	ADRIANO CAMARGO VIEIRA	923	1785	3983	0	0	0	20/07/1971	6º Sucessivo	Habilitado (a)
43	7	Merecimento	22º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	MAISA SILVA MELO DE OLIVEIRA	1194	1194	3983	0	559	0	12/08/1979	7º Sucessivo	Habilitado (a)
44	7	Merecimento	22º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	BIANCA STELLA AZEVEDO BARROSO	393	1194	2498	0	1485	0	23/12/1975	8º Sucessivo	Habilitado (a)
45	7	Merecimento	22º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	ANA MARIA SAMPAIO BARROS DE CARVALHO	931	931	4440	0	1081	0	29/05/1972	9º Sucessivo	Habilitado (a)
46	7	Merecimento	22º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	EDUARDO LEAL DOS SANTOS	931	931	2498	0	5552	912	07/02/1973	10º Sucessivo	Habilitado (a)
47	7	Merecimento	22º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	PETRONIO BENEDITO B. RALILE JUNIOR	931	931	2231	1157	0	0	17/01/1981	10º Sucessivo	Habilitado (a)
48	7	Merecimento	22º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	MIRELA MARIA IGLESIAS LAUPMAN	798	798	2498	0	1812	0	27/04/1983	12º Sucessivo	Habilitado (a)
49	7	Merecimento	22º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	FABIANA KIUSKA SEABRA DOS SANTOS	798	798	2126	3376	0	0	15/11/1977	13º Sucessivo	Habilitado (a)
50	7	Merecimento	22º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	CAROLINA DE MOURA CORDEIRO PONTES	798	798	1967	2717	0	0	10/09/1979	14º Sucessivo	Habilitado (a)
51	7	Merecimento	22º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	JULIO CESAR CAVALCANTI ELIHIMAS	798	798	1839	3444	663	0	28/09/1979	15º Sucessivo	Habilitado (a)
52	7	Merecimento	22º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	FERNANDO DELLA LATTI CAMARGO	393	798	1839	107	0	0	31/03/1977	16º Sucessivo	Habilitado (a)

Nº	EDITAL	CRITÉRIO	CARGO	CANDIDATO	Tempo Cargo (dias)	Tempo Entrância (dias)	Tempo MPPE (dias)	Estadual	Federal	Municipal	DATA NASCIMENTO	Quinto/Remanescente	SITUAÇÃO
1	8	Antiguidade	4º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	ANA RUBIA TORRES DE CARVALHO	5532	9504	9746	635	0	0	06/12/1963	Constitucional	Habilitado (a)
2	8	Antiguidade	4º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	GUSTAVO LINS TOURINHO COSTA	2350	7932	8254	0	0	0	22/06/1971	Constitucional	Habilitado (a)
3	8	Antiguidade	4º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	FLAVIO HENRIQUE SOUZA DOS SANTOS	4528	5481	6271	0	0	0	29/01/1972	1º Sucessivo	Habilitado (a)
4	8	Antiguidade	4º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	NANCY TOJAL DE MEDEIROS	4704	4704	6537	2494	0	0	09/05/1971	1º Sucessivo	Habilitado (a)
5	8	Antiguidade	4º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	MARIA DE FATIMA DE ARAUJO FERREIRA	1341	4704	6445	1968	0	0	09/01/1969	1º Sucessivo	Habilitado (a)
6	8	Antiguidade	4º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	VIVIANNE MARIA FREITAS MELO MONTEIRO DE MENEZES	2861	4704	6445	0	0	0	05/03/1973	1º Sucessivo	Habilitado (a)
7	8	Antiguidade	4º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	MARIA LIZANDRA LIRA DE CARVALHO	798	4246	4856	3911	0	0	08/11/1973	1º Sucessivo / Edital 01/2016	Habilitado (a)
8	8	Antiguidade	4º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	IVO PEREIRA DE LIMA	3126	4246	4856	2944	0	2444	07/05/1970	1º Sucessivo	Habilitado (a)
9	8	Antiguidade	4º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	MARIA IZAMAR CIRIACO PONTES	1785	3949	6340	2668	0	0	11/10/1966	1º Sucessivo	Habilitado (a)
10	8	Antiguidade	4º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	WALDIR MENDONÇA DA SILVA	393	3949	6340	1722	4090	0	30/01/1961	1º Sucessivo	Habilitado (a)
11	8	Antiguidade	4º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	VERA REJANE ALVES SANTOS MENDONÇA	3949	3949	6340	450	0	0	19/06/1971	2º Sucessivo	Habilitado (a)
12	8	Antiguidade	4º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	JOAO ALVES DE ARAUJO	393	3949	6340	0	3095	0	19/06/1961	2º Sucessivo	Habilitado (a)
13	8	Antiguidade	4º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	JANAINA DO SACRAMENTO BEZERRA	2511	3949	6340	0	774	0	19/10/1972	2º Sucessivo	Habilitado (a)
14	8	Antiguidade	4º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	ROSANGELA FURTADO PADELA ALVARENGA	2511	3949	6340	0	0	0	14/05/1969	2º Sucessivo	Habilitado (a)
15	8	Antiguidade	4º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	SERGIO GADELHA SOUTO	2870	3949	6271	2481	0	0	26/05/1969	2º Sucessivo	Habilitado (a)
16	8	Antiguidade	4º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	HODIR FLAVIO GUERRA LEITAO DE MELO	1341	3949	4856	800	59	0	22/02/1979	2º Sucessivo	Habilitado (a)
17	8	Antiguidade	4º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	FERNANDO FALCAO FERRAZ FILHO	393	3949	4856	0	3427	0	02/12/1971	2º Sucessivo	Habilitado (a)





















a.3) Para tomada da decisão respectiva, o Colegiado poderá solicitar informações adicionais aos técnicos responsáveis pela elaboração da minuta do Plano e também a outros profissionais com atuação na área infanto-juvenil;  
 a.4) Nas hipóteses de recusa e/ou necessidade de complementação o COMDICA deverá, *incontinenti*, reencaminhar o Projeto, com cópia da ata de deliberação da reunião/sessão do COMDICA à Comissão Intersectorial da Municipalidade que deverá cumprir o quanto contido na decisão daquele Conselho Gestor e devolvê-lo para nova apreciação do COMDICA no prazo mais breve possível;  
 a.5) Em caso de aprovação, o COMDICA deverá encaminhá-lo à Municipalidade, visando obter do Chefe do Executivo sua inclusão nas propostas orçamentárias a serem aprovadas para os exercícios seguintes (Lei Orçamentária Anual - LOA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Plano Plurianual - PPA) e para que inicie sua efetiva implementação., se necessário com o remanejamento de recursos de outras áreas, observado, em qualquer caso, o princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente e, em especial, ao disposto no artigo 4º, *caput* e par. único, alíneas "c" e "d", da Lei nº 8.069/90;  
 a.6) Todas as etapas do processo de discussão do Plano deverão ser divulgadas com antecedência devida junto à comunidade, assim comunicadas oficialmente ao Ministério Público, Poder Judiciário e Conselho Tutelar local;  
 6) Não havendo prejuízo ao interesse público, envie-se via ofício, cópia da presente Portaria, à Municipalidade e ao COMDICA, informando a instauração deste Inquérito Civil no sistema Arquimedes. Dos ofícios encaminhados à Municipalidade e ao COMDICA deverá constar que o não atendimento de elaboração e implementação do Plano Municipal poderá ensejar o ajuizamento de ação civil pública pelo Ministério Público para que o Poder Judiciário obrigue a Municipalidade a promover todas as medidas necessárias destinadas a elaborar e implementar uma efetiva Política Municipal de Atendimento Socioeducativo, sem prejuízo de eventual ação de responsabilização civil e administrativa, inclusive por ato de improbidade, em face dos agentes públicos omissos.  
 7) Autue-se, rubrique-se e numere-se a presente portaria de instauração de Inquérito Civil, arquivando-se cópia em pasta própria da Promotoria de Justiça;  
 8) Envie-se cópia desta Portaria ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente; à Justiça da Infância e da Juventude local; a todos os CREAS; CRAS, CAPs e entidades que executam programas de atendimento socioeducativo em meio aberto do Município de Jataúba; ao CEDCA/PE; ao CONANDA; à Secretaria de Direitos Humanos, noticiando a instauração deste Inquérito Civil (a fim de garantir a publicidade da atuação ministerial);  
 9) Cumpra-se as determinações supra no prazo máximo de cinco dias, e com as respostas da Municipalidade nos autos, tornem conclusos.

Jataúba, 23 de maio de 2017

**ANTÔNIO ROLEMBERG FEITOSA JUNIOR**  
 Promotor de Justiça da Infância e Juventude

**Escola Superior do Ministério Público**

**AVISO Nº 015/2017 - ESMP-PE**

O Diretor da Escola Superior do Ministério Público, Dr. Silvío José Menezes Tavares, **AVISA** aos membros do Ministério Público de Pernambuco que a Escola Nacional do Ministério Público – ENAMP está ofertando **50 (cinquenta vagas)** para o **"Curso de Aperfeiçoamento para agentes políticos do Ministério Público brasileiro"**, a ser realizado em convênio com a UNESP - Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, conforme informações a seguir:

Período de realização: agosto/2017 a junho/2018.

Carga horária: 180 horas, distribuídas em dois módulos presenciais (Módulos 1 e 3) e dois módulos à distância (Módulos 2 e 4).

Local e data: Os módulos presenciais (1 e 3) serão realizados no CEA/FG - Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público de Minas Gerais, sendo:

Módulo 1 no período de 21 a 25 de agosto de 2017;

Módulo 3 no período de 27 de novembro a 01 de dezembro de 2017.

Custo: O curso todo terá o custo de **R\$ 2.500,00** (dois mil e quinhentos reais), por aluno, valor individual, que deverá ser pago diretamente ao CDEMP - Colégio de Diretores de Escolas dos Mistérios Públicos do Brasil, pelo interessado ou pelo Ministério Público de origem. O valor mencionado cobrirá os custos com honorários, passagens aéreas e hospedagem dos professores da UNESP. Neste valor **não estão** incluídas as despesas com hospedagem, passagens aéreas e alimentação dos alunos nos módulos presenciais do curso.

Vagas: 50 vagas para membros do Ministério Público de todo o Brasil.

Pré-inscrições: **Até o dia 12 de junho de 2017**, os interessados no curso deverão preencher o formulário eletrônico disponível *online* no site do MPPE, na página da Escola Superior (mppe < institucional , escola superior < cursos, palestras e seminários). Esclarecemos, contudo, que se trata de pré-inscrição, cuja lista de interessados será encaminhada à Secretaria do CDEMP, para as providências relativas à seleção.

Outras informações poderão ser obtidas pessoalmente, na Escola Superior do MPPE (Gabriela Gueiros), de segunda a sexta-feira, das 12h às 18h, ou por meio do telefone 81-3182-7348/7351.

Por oportuno, a ESMP relembra aos Promotores de Justiça selecionados o dever contido na Recomendação Conjunta PGJ-CGMP nº 001/05, de 27/10/2005, publicada no DOE de 28/10/2005.

Recife, 25 de maio de 2017.

**Silvío José Menezes Tavares**  
 Procurador de Justiça  
 Diretor da ESMP

**ESTADO DE PERNAMBUCO  
 PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 PERÍODO DE REFERÊNCIA: MAIO/2016 A ABRIL/2017**

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	DESPESAS LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)*</b>	<b>444.150.489,96</b>	-
Pessoal Ativo	332.177.310,50	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	111.973.179,46	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de tercerização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS ( § 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>(116.827.302,75)</b>	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	(4.854.123,29)	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	(111.973.179,46)	-
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>327.323.187,21</b>	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)</b>	<b>21.282.248.236,18</b>	-
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)</b>	<b>327.323.187,21</b>	<b>1,54%</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)</b>	<b>425.644.964,72</b>	<b>2,00%</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único, art. 22 da LRF)</b>	<b>404.362.716,49</b>	<b>1,90%</b>
<b>LIMITE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)</b>	<b>383.080.468,25</b>	<b>1,80%</b>

FONTE: E-FISCO/PE

Nota:

1. Relatório elaborado de acordo com o acórdão, referente ao processo nº 1304888-0, publicado no DOE/TCE-PE em 21/09/2013.

**Isaias Gomes da Silva Junior**  
 Gerente Ministerial - Contabilidade  
 CRC PE - 18.386

**Artur Oscar Gomes de Melo**  
 Coordenador Ministerial de Finanças e Contabilidade

**Sylvio Rogério Faneco Amorim**  
 Controlador Ministerial Interno

**Alexandre Augusto Bezerra**  
 Secretário Geral do Ministério Público



*Viva a Gentileza*  
 FAÇA A DIFERENÇA COM PEQUENAS AÇÕES

A prática frequente de ações de gentileza influi na felicidade, no bem-estar e na saúde das pessoas, tanto para quem as pratica quanto para quem as recebe.

Faça da gentileza um hábito e o ganho será de todo o MPPE.

